

## **Educação de jovens e adultos (eja): uma leitura sobre as contribuições dos documentos oficiais**

Education for youth and adults (eja): an approach on the contributions of official documents

Educación de jóvenes y adultos (eja): una aproximación a los aportes de documentos oficiales

Recebido: 06/02/2022 | Revisado: 12/02/2022 | Aceito: 15/02/2022 | Publicado: 22/02/2022

### **Marcos Adriano Barbosa de Novaes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5003-5418>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: [marcos.adriano@aluno.uece.br](mailto:marcos.adriano@aluno.uece.br)

### **Késsya Ingrid Rodrigues Queiroz**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6984-1540>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: [kessya.ingrid@aluno.uece.br](mailto:kessya.ingrid@aluno.uece.br)

### **Ruth Maria de Paula Gonçalves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0070-4123>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: [depaularuth@gmail.com](mailto:depaularuth@gmail.com)

### **Cícero Ricardo Barbosa de Paiva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1554-9552>

Universidade Estadual Vale Do Acaraú, Brasil

E-mail: [prof.ricardopaivace@gmail.com](mailto:prof.ricardopaivace@gmail.com)

### **Luciana Maria de Paula**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6032-458X>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: [lumariann2008@gmail.com](mailto:lumariann2008@gmail.com)

### **Frank Lane Macedo Machado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6125-9361>

Universidade Regional do Cariri, Brasil

E-mail: [franklanehott@gmail.com](mailto:franklanehott@gmail.com)

### **Amélia Soares André**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9189-9968>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: [amelimel@yahoo.com.br](mailto:amelimel@yahoo.com.br)

### **Ana Moésia Magalhães Ribeiro Machado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4010-7657>

Universidade Regional do Cariri, Brasil

E-mail: [moesia-mv@hotmail.com](mailto:moesia-mv@hotmail.com)

### **Iara Saraiva Martins**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5235-7461>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: [saraiva.iara@ifce.edu.br](mailto:saraiva.iara@ifce.edu.br)

### **Maria do Socorro Sousa e Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0815-4325>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: [msserasmo@gmail.com](mailto:msserasmo@gmail.com)

### **Antônio Andrew Farrapo Frota**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0726-9857>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: [andrew.fffrota@gmail.com](mailto:andrew.fffrota@gmail.com)

### **Rita Celiane Alves Feitosa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2899-9552>

Universidade Regional do Cariri, Brasil

E-mail: [celianepsicologia@gmail.com](mailto:celianepsicologia@gmail.com)

## **Resumo**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem seu surgimento numa sociedade permeada pelos embates políticos no contexto de uma sociedade formada por classes sociais distintas. Nesse sentido, a educação como direito social público e subjetivo foi historicamente negada àqueles que vivem da venda como sua forma de trabalho. Dessa forma, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a trajetória histórica da EJA no Brasil. Assim, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e documental, trata-se de estudo de abordagem qualitativa. Dito isso, buscamos suporte teórico nos estudos de Ribeiro (1993), Eugênio (2004), Gohn (1997), Costa Neto (2009) e outros. No tocante aos documentos, analisamos

a Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 e 1996, Plano Nacional de Educação de 2001, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Por fim, a partir do nosso estudo percebemos que o processo de consolidação da EJA em nosso país foi marcado por lutas entre aqueles que sempre tiveram condições de ter o acesso à educação e por sujeitos de tenra idade que abandonaram a escola e assumiram a responsabilidade com a vida financeira da família.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos; História da educação; Documentos oficiais; Programas da EJA.

### **Abstract**

Education for Youth and Adults (EJA) emerged in a society permeated by political resistance in the context of a society formed by different social classes. In this sense, education, as a public and subjective social right, was historically denied to those who live from the sale of their workforce. In this perspective, this article aims to discuss the historical trajectory of EJA in Brazil. Thus, bibliographic and documental research was selected as a methodology. This is a study with a qualitative approach. The theoretical support was in the studies of Ribeiro (1993), Eugenio (2004), Gohn (1997), Costa Neto (2009) and others. In relation to the documents, we analyzed the Constitution of 1988, Law of Directives and Bases of National Education of 1971 and 1996, National Education Plan of 2001, Fund for Maintenance and Development of Basic Education and for the Valorization of Education Professionals – FUNDEB. Finally, from our study, we realized that the process of EJA consolidation in our country was marked by struggles between those who were always able to have access to education and those who, at an early age, dropped out of school and assumed responsibility with the family's financial life.

**Keywords:** Youth and adult education; History of Education; Official documents; EJA programs.

### **Resumen**

La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) tiene su surgimiento en una sociedad permeada por enfrentamientos políticos en el contexto de una sociedad formada por diferentes clases sociales. En este sentido, la educación, como derecho social público y subjetivo, fue históricamente negada a quienes viven de la venta de su fuerza de trabajo. En esa perspectiva, este artículo tiene como objetivo discutir la trayectoria histórica de EJA en Brasil. Para ello se seleccionó como metodología la investigación bibliográfica y documental. Se trata de un estudio con un enfoque cualitativo. Dicho esto, buscamos apoyo teórico en los estudios de Ribeiro (1993), Eugenio (2004), Gohn (1997), Costa Neto (2009) y otros. En relación a los documentos, analizamos la Constitución de 1988, Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional de 1971 y 1996, Plan Nacional de Educación de 2001, Fondo para el Mantenimiento y Desarrollo de la Educación Básica y para la Valorización de los Profesionales de la Educación – FUNDEB. Finalmente, a partir de nuestro estudio, percibimos que el proceso de consolidación de la EJA en nuestro país estuvo marcado por luchas entre quienes siempre pudieron tener acceso a la educación y quienes, a temprana edad, abandonaron la escuela y asumieron la responsabilidad. la vida económica de la familia.

**Palabras clave:** Educación de jóvenes y adultos; Historia de la educación; Documentos oficiales; Programas EJA.

## **1. Introdução**

Compreendendo a educação como um importantíssimo meio de desenvolvimento humano, capaz de se manifestar em diversos ambientes bem como o ambiente familiar, escolar e outros diversos espaços não formais que proporcionam a troca de saberes, percebemos como ela se atrela ao mundo do trabalho, visto que participar de experiências educativas possibilita ao homem exercer e se beneficiar com os deveres e direitos do cidadão. Nesse sentido, a escola como espaço de ensino-aprendizagem desempenha um importante papel social, onde além de orientar e instruir os indivíduos através de conteúdos disciplinares, conduz estes mesmos sujeitos para participarem das ocupações sociais ao longo da vida.

Nosso interesse por este estudo surgiu a partir de inquietações sobre as necessidades da população menos favorecida a ter o acesso ao direito básico, ao saber: a educação. Nesse contexto, elegemos a Educação de Jovens e Adultos - EJA como objeto de estudo. A EJA aparece como elemento fundamental para a garantia da promoção dos direitos básicos do cidadão, no entanto, a exclusão do sistema educacional tem sido uma problemática social que historicamente se faz presente na educação brasileira. Ademais, nosso interesse foi sendo acentuado com a participação na ação extensionista do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) localizada no município de Limoeiro do Norte-CE. O Projeto de Extensão era intitulado “Práticas de Leitura e Escrita na Formação Político-Social de Estudantes Trabalhadores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Doutor José Nilson Osterne de Oliveira”, que terá o propósito de contribuir com a formação humana e cidadã dos alunos-trabalhadores da referida instituição através da

melhoria do processo de leitura e escrita, compreendendo que a ação político-pedagógica a eles direcionada deve favorecer a autonomia, a participação e a criticidade. Somado a isso, a atividade tinha parceria com o Laboratório de Estudos da Educação do Campo-LECAMPO da mesma instituição.

Em linhas gerais, compreendendo toda essa trajetória da educação brasileira, é possível perceber que a expansão escolar não foi acompanhada das reais condições de cumprir sua principal função: de oferecer educação que pudesse revolucionar verdadeiramente a sociedade formada por classes antagônicas. Ao longo desse estudo apresentamos as primeiras formas de organização do sistema educacional no Brasil, o processo histórico da EJA, identificando as políticas curriculares destinadas a essa modalidade e conhecendo o perfil profissional dos professores que nela atuam.

Dito isso, este artigo objetiva discorrer sobre a trajetória histórica da EJA no Brasil. Desta forma, partimos das seguintes problemáticas: Em que contexto histórico e social surge a educação de jovens e adultos - EJA no Brasil? Qual a função social dessa modalidade de ensino? Em quais documentos oficiais a EJA se encontra?

A análise documental foi realizada através dos seguintes documentos: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Plano Nacional de Educação de 2001 e outros. Por fim, a partir do nosso estudo percebemos que o processo de consolidação da EJA em nosso país foi marcado por lutas entre aqueles que sempre tiveram condições de ter o acesso à educação e por sujeitos de tenra idade que abandonaram a escola e assumiram a responsabilidade da vida financeira da família.

## **2. Metodologia**

Assim, a metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, pois foi “[...] fundamental, pois, além de ser autônoma, isto é, independente das outras, serve de base, de alicerce para o fundamento e alcance dos objetivos dos outros tipos de pesquisa. Ela constitui a base também das próprias pesquisas descritiva e experimental.” (Leite, 2008, p. 47). Dito isso, buscamos suporte teórico nos estudos de Ribeiro (1993), Eugênio (2004), Gohn (1997), Costa Neto (2009) e outros.

No que se refere a pesquisa documental “[...] é usado comumente e especificamente para colher dados e informações importantes na descrição de fatos ocorridos, de usos e costumes de povos, grupos e indivíduos, ou na apresentação do que foi descrito em documentos literários, científicos e culturais em geral [...]” (Leite, 2008, p. 53). Já os documentos analisados foram: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e Plano Nacional de Educação de 2001, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2007), Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Lei Nº 10.172, DE 9 de janeiro de 2001 que trata do Plano Nacional de Educação (2001).

Por fim, nossa investigação está baseada na abordagem de cunho qualitativa, segundo Leite (2008), esta abordagem não recorre a ferramenta estatísticas [...] os tipos de pesquisas qualitativas mais comuns são decorrentes de pesquisa teóricas, pesquisas exploratórias, documentais e outras que possuam caráter de investigação lógica e histórica [...] (Leite, 2008, p. 100).

## **3. Notas Introdutórias da EJA**

Contextualizar historicamente a Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma tarefa que exige, em certa medida, acesso à descrição historiográfica, que, por sua vez, mostra como determinados programas governamentais e seus pressupostos político-sociais estão não só intimamente conectados, mas são, sobretudo, oriundos de desafios e motivações populares, as quais desembocam em movimentos que vão além do aspecto educacional.

Segundo Leite (2013), a primeira expressão de uma educação para jovens e adultos surge no Brasil colônia com o processo de escolarização desencadeado pelo contexto sócio-econômico do período.

O Brasil como colônia de exploração de gêneros agrícolas e escravocrata desenvolvia uma educação e formação para o trabalho, dessa maneira, as primeiras formas de instrução associavam-se ao regime econômico da época. Não podemos inicialmente dizer que existia qualquer forma de educação sistematizada para jovens e adultos, mas que esses sujeitos eram instruídos para atividades manuais ligadas ao sistema colonial. Por exemplo, as corporações de ofícios, na qual o mestre artesão ensinava aos jovens as atividades de ferreiro, carpintaria, etc. todos destinados aos trabalhos da época.

A chegada da família real em 1808 provocou novas mudanças no cenário educacional brasileiro, porém ligado à educação da aristocracia portuguesa e elite local, a instrução para jovens e adultos continuava ligada aos trabalhos manuais. Em 1822 quando o Brasil proclamou a sua “independência” de Portugal, D. Pedro I instalou a Assembleia Constituinte em 1823 e viabilizou a primeira Constituição do Império em 1824. Nesse momento foi instituída a educação primária para todos os denominados cidadãos, porém escravos, pobres libertos, as camadas populares excluídas não tinham esse direito, assim continuavam tendo instruções ligadas a atividades trabalhistas.

No final do século XIX com a instituição da República marcado pela troca de presidentes, o campo educacional para jovens e adultos passa por mudanças significativas, não necessariamente positivas, até porque esse período vai ser marcado por inúmeros conflitos, crises, revoltas, fraudes e de repressão social contra as camadas populares. Mas, nesse primeiro momento Republicano não foi apresentado um projeto educacional para o país, dessa forma, muitos estados tomavam suas próprias decisões no campo educacional (Leite, 2013).

Ao investigar a história dessa modalidade deparamo-nos com uma produção histórica bastante significativa, principalmente no que se refere ao período de 1940 e 1980, e isso, em grande medida, justifica-se pela própria ação do governo frente às demandas do contexto socioeconômico (Xavier, 2019). No entanto, segundo Leite (2013), somente em 1930 foram tomadas as primeiras iniciativas educacionais para jovens e adultos no Brasil. Nesse período o país começa a apresentar um crescimento industrial significativo. Com o Governo de Vargas (1930-1945) foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual esses dois Ministérios eram responsáveis pela criação de cursos técnicos e profissionalizante para jovens e adultos, uma vez que o processo de desenvolvimento nacional e industrial da época necessitava de trabalhadores qualificados, e como o analfabetismo era marca presente na sociedade brasileira, era necessária uma reforma no campo educacional. De acordo com Leite,

A educação de adultos começou a marcar sua posição na história da educação no Brasil por volta da década de 1930, quando iniciou a consolidação de um sistema público de educação elementar no país. Naquele momento, a sociedade brasileira passava por transformações associadas ao processo de industrialização e à crescente urbanização da população. O governo federal impulsionou a ampliação da educação elementar. Ele traçou diretrizes educacionais para todo país e determinou responsabilidades para os Estados e Municípios (Leite, 2013, p. 111).

Mesmo com uma aparente mudança no campo educacional, esta nunca esteve separada dos mecanismos de exploração da força de trabalho. Até agora, percebemos que a educação para jovens e adultos estava ligada à instrução para o trabalho, ou seja, para a extração da mão-de-obra barata. Não é possível identificar nesse modelo uma superação da condição de exploração do trabalho, mas também é importante considerar que mesmo sob essa condição, ter acesso à educação escolar, mediante os padrões da sociedade capitalista burguesa, foi de certa forma um caminho para desconstruir o intenso estigma de analfabetismo e ter a oportunidade de ser empregado; visto que nessa sociedade o desemprego sempre foi marca histórica juntamente com o analfabetismo.

Nesse ínterim é criado o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1937) que articulou a execução e desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e análise na área da educação, e alguns idealizadores da arte e cultura como recurso de politização no Rio de Janeiro, que a partir disso desenvolveram teatro de rua, artes plásticas, música, cursos e

festivais, e tudo isso era apresentado em uma linguagem popular, em locais públicos e sindicatos; as apresentações artísticas remetiam ao contexto político-social daquela época e ganharam uma boa proporção em alguns estados.

Durante os últimos anos da década de 1940, implementam uma modalidade de ensino específica para jovens e adultos. Nesse cenário, temos, segundo Paiva (2003), três períodos emblemáticos: das primeiras iniciativas oficiais, as quais datam de 1946 a 1958 a saber: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947), o Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949) e a Campanha Nacional de Educação Rural, vale salientar que surge também nesta década a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos de 1947, no entanto nessa mesma década a Campanha deixou de existir devido às críticas feitas a suas práticas pedagógicas e administrativas. Já na década de 1950, o debate educacional girava em torno da alfabetização de homens e mulheres do campo e dos grandes centros urbanos. Nesse período foi criada a rádio educação em diversos estados do país; movimento que fazia parte do MEB.

As discussões são necessárias porque cada corrente educacional precisa defender seus princípios e causas, e assim contribuir para a “caracterização das orientações teóricas predominantes no pensamento pedagógico.” (Ribeiro, 1992, p. 150), inclusive, a partir disso surgiram os movimentos de educação popular, Segundo Paiva, educação popular é “[...] a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal.” (Paiva, 1983, p. 46). Ademais, tais movimentos tiveram início na década de 1960 e foram considerados porque “o objetivo mais amplo era o de que a população adulta tomasse parte ativa na vida política do país. Para tanto, novos métodos de alfabetização precisavam ser criados.” (RIBEIRO, 1992, p. 150). As primeiras atividades foram articuladas por movimentos sociais, que promoviam atividades culturais e de alfabetização. O método de Paulo Freire se destaca e sua metodologia é aceita como principal instrumento para suprimir o analfabetismo no Brasil.

Paulo Freire preconizava que, ao enorme contingente que nunca pisara o chão de uma escola, não bastaria apenas alfabetizar com métodos convencionais. Ao contrário, no processo da alfabetização, ao mesmo tempo em que se deveria fornecer aos adultos desescolarizados o instrumental da escrita, seria necessário fornecer-lhes também as ferramentas para interpretar o mundo, ou melhor, para ler o mundo (Bittar et al., 2012, p. 161).

Um segundo período seria o das novas perspectivas que surgem entre os anos 1958 e 1964, isto é: com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), com o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e nesse mesmo período também vem à luz o sistema Paulo Freire e sua pedagogia da libertação. Logo depois, a história da EJA será marcada pelas medidas militares do período pós-1964 e não avançará até as novas concepções constitucionais.

Nesse contexto, as primeiras referências verdadeiramente de educação para jovens e adultos foram compreendidas como educação popular, movimentos populares de cultura e alfabetização, educação comunitária ou somente educação de adultos em uma perspectiva humana, e surgiu por volta de 1960 com o pernambucano Paulo Freire. É importante ressaltar que essas primeiras ações tinham intenções políticas direcionando esses movimentos de alfabetização, para que esses indivíduos pudessem ser ativos politicamente. Segundo Eugênio:

Na década de 1960, Freire é encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). O convite foi feito pelo Presidente João Goulart e pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos. "Aprovado pelo Decreto 53.465, de 21 de janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos orientados pela proposta de Freire previa a instalação de 20 mil círculos de cultura, que alfabetizariam 2 (dois) milhões de pessoas. (Eugênio, 2004, p. 42)

Outros grupos também atuavam priorizando a alfabetização, como os Movimentos de Cultura Popular - MCP que surgiu em Recife, mas dependiam de muitos recursos para executar atividades educacionais e por isso não ganharam tanta

proporção e o Movimento de Educação de Base - MEB que também compreendia a educação como instrumento importantíssimo na transformação social. O Estado reconhece a educação popular e articula medidas para sua efetivação, a partir disso, alguns grupos se destacam, como União Nacional dos Estudantes - UNE (1937) e em seguida os Centros Populares de Cultura – CPC (1962) que se formaram através desse período e praticava intervenções no contexto político, cultural e social do país.

A existência desses grupos apresentou resultados positivos em relação ao processo de alfabetização no Brasil. Em 1963 o Ministério da Educação e Cultura - MEC promove o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e posteriormente, em 1964 o Seminário da Cultura Popular, ambos avaliavam metodologias e ações que pudessem contribuir para a educação popular e organizar uma gestão nacional para a educação popular. Segundo Ribeiro, (1992), neste trabalho de definição de novos e adequados métodos e conteúdos, destaca-se o “sistema Paulo Freire” e a partir das contribuições de Freire e de sua proposta de novas metodologias e conceitos, que consideravam o universo vocabular do grupo de educandos e com isso elaborava práticas educativas para a alfabetização de adultos.

O método de Freire se destacou e deu origem ao Plano Nacional de Alfabetização - PNAA em 1964, que pretendia alfabetizar cerca de 5 milhões de brasileiros até 1965. O projeto que seria desenvolvido pelo educador pernambucano, mas infelizmente foi interrompido em abril de 1964, por ação do governo militar ditador, que provocou alterações no sistema de educação do Brasil, em vista de um modelo econômico industrial, e a partir disso todas as outras atividades e núcleos de educação popular também foram desativados; “[...] na lógica que presidia o regime era necessário um mínimo de escolaridade para que o País ingressasse na fase do “Brasil potência”, conforme veiculavam slogans da ditadura.” (Bittar; Bittar, 2012, p. 161). Acontece então uma expansão escolar, caracterizada pela ausência da qualidade de ensino, isso porque foi priorizado aspectos quantitativos para que rapidamente todos tivessem essa “instrução mínima”.

O PNAA aprovado em 21 de janeiro de 1964 tinha como principal objetivo acabar com a marca do analfabetismo no Brasil. E o principal representante nesse projeto educacional era Paulo Freire, o qual através de seu método e de seu desejo de construir uma educação verdadeiramente humana e universal, teve resultados significativos, que foram interrompidos pelo Golpe Militar de 1 de abril de 1964.

As mobilizações sociais ganharam espaço no Brasil através do governo de João Goulart (1961-1964), “passando a impulsionar reformas no país” (Jardilino, 2014, p. 10). Na década de 1960, Freire junto aos diversos movimentos sociais que levantavam a bandeira da educação popular, buscavam apoio com João Goulart para implementação do processo de alfabetização de jovens e adultos tanto dos centros urbanos como das áreas rurais. Sobre a importância dos movimentos sociais, Gohn explica que:

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força na sociedade civil. [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade [...] os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que se constroem em suas ações. (Gohn, 1997, p. 251)

Nesta perspectiva, percebemos a importância de todo movimento social e popular que se manifesta contra as formas de opressão instaladas nas sociedades. Suas bandeiras são a luta pela construção de uma vida digna, sem miséria, sem a exploração, pelo direito a bens básicos e comuns, moradia, saúde e educação. Todas as conquistas sociais foram adquiridas através da luta de classe, entre opressores e oprimidos; elas não foram dadas pelas instituições burguesas do Estado ou do capital privado, foram advindas de reivindicações e manifestações revolucionárias da população.

Diversos movimentos sociais estiveram presentes na luta pela educação de jovens e adultos na década de 1960. O MEB dirigido pela Igreja Católica, Conferência Nacional dos Bispos, movimento que fazia campanha pela universalização da educação no Brasil, em 1962 nascia o CPC, na qual surgiu a UNE, tal movimento atuava diretamente com a alfabetização de adultos (Jardilino, 2014).

Dentro do âmbito de diversos movimentos e lutas populares, o Governo Federal criou em 1963 uma Comissão Nacional de Alfabetização, que foi responsável pela elaboração do PNA, em que utilizava o método freiriano. Projeto que foi criado em janeiro de 1964 e extinto em abril do mesmo ano pela Ditadura Militar no Brasil, que durou mais de 20 anos com diversas mortes e perseguições políticas violentas.

Durante esse período foi implementado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. O programa baseava-se no ensino da leitura e escrita e também no estudo de conhecimentos básicos da matemática “[...] o MOBRAL foi criado no contexto autoritário do Regime Militar, em que foram suplantadas as iniciativas voltadas à alfabetização e conscientização dos sujeitos nas experiências de educação popular [...]” (Almeida & Carvalho, 2020, p. 04). O golpe dado nos movimentos sociais resultou na repressão de qualquer modelo de ensino crítico baseado nos princípios de Paulo Freire, e todos aqueles denominados pelos militares de modelos de ensino popular, pois acreditavam que estes baseavam-se no comunismo, principal ameaça da nação segundo os próprios militares,

[...] Diante deste imperativo de desenvolvimento defendido pelos militares, atribuía-se a denominação de alfabetização funcional, pois segundo o documento básico do MOBRAL, fazia-se com que o aluno não somente aprendesse a ler, escrever e contar, mas sim descobrir a função do homem na sociedade [...] (Almeida & Carvalho, 2020, p. 05).

Para o Governo militar a proposta de educação para adultos fazia parte do Departamento de Ensino Supletivo do MEC, na qual a educação baseava-se na formação de uma mão de obra qualificada. Sob um projeto de desenvolvimento industrial nacional o Regime Autoritário oferecia cursos técnicos, em que a necessidade era instruir uma força de trabalho que não questionasse a realidade social, mas que aceitasse sua condição de classe explorada.

Somente com o fim da Ditadura Militar no Brasil em 1985, a modalidade de ensino para jovens e adultos sob uma perspectiva popular e libertária voltará a ganhar espaço. A EJA surge na sociedade brasileira dentro do embate político da própria sociedade de classes, em que a classe trabalhadora se manifesta contra os sistemas de opressão e contra a negação do direito à educação;

É também, e talvez, sobretudo, a partir dessa dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história [...] (Freire, 1987, p. 30).

É importante ressaltar que essa modalidade educacional é vista como um ensino para indivíduos fora da faixa etária, ou simplesmente para indivíduos adultos sem alfabetização, a fim de somente proporcionar habilidades básicas como ler e escrever. Inicialmente a educação para adultos pode até ter se estruturado de acordo com essas intenções, mas ao decorrer desse percurso educacional sua estrutura foi se modificando através de lutas por políticas públicas para efetivar o direito à educação para todos, viabilizando o exercício da cidadania.

### **3. A EJA nos Documentos Oficiais da Educação Brasileira**

Estruturar um modelo de educação para adultos não envolve somente aspectos escolares físicos e curriculares, mas também desenvolver através desta modalidade condutas e intervenções sociais para solucionar graves problemas como a exclusão

social, que está ligada diretamente ao alto índice de analfabetismo no Brasil, precarização do ensino público, marginalização de grupos altamente desfavorecidos economicamente, entre outros.

As articulações a respeito da EJA promoveram discussões e eventos importantes, principalmente, porque também proporcionou reflexões acerca da universalização do ensino fundamental e sua eficiência; aspectos como evasão escolar, descompasso de idade e séries dos educandos, como outros fatores que “rejuvenesceram” a EJA. Ou seja, o público foi se expandindo, e conseqüentemente com uma grande demanda de diferentes necessidades e individualidades.

Compreendemos o contexto em que a EJA foi se desenvolvendo e contemplando toda a sua responsabilidade político-social, é importante explorar como esse processo foi se constituindo legalmente no Brasil. Considerando a educação como direito social que está garantido a todos, e tem importância para o desenvolvimento das pessoas, percebemos que timidamente foi se afirmando a necessidade de ações educacionais destinados a adultos como forma de efetivação desse direito; dessa forma os caminhos legais na EJA se iniciam através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 5692, de 1971 que estabelecia as seguintes determinações no capítulo IV referentes ao “ensino supletivo”:

- art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. (BRASIL, 1971, p. 05)

Essa primeira regulamentação destinada à educação de adultos se manifesta como “supletiva” para indivíduos que não puderam concluir a escolarização na idade certa, e se caracterizou em:

Ofertar o ensino de 1º e 2º graus em um tempo reduzido na perspectiva de uma suplência, foi o caminho encontrado pelo governo para qualificar, profissionalizar e certificar rapidamente homens e mulheres que não possuíam a escolarização completa e que, em razão dessa situação, não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. (Jardilino, 2014, p. 117).

Dentro dessa regulamentação estavam metas que correspondiam ao uso de metodologias “comunicativas” que fosse viável a qualquer indivíduo que desejasse ser escolarizado. Com isso, o MEC articulou a criação das diretrizes do ensino supletivo.

A trajetória da educação pública do Brasil é marcada por intensas dificuldades de implementação e sofre constantes mudanças de acordo com o cenário político, tornando esse direito social algo muito “vulnerável”. No contexto da educação para adultos, isso é ainda mais enfraquecido, compreendendo que depois de anos de experiências educacionais públicas essa modalidade foi timidamente atraindo a atenção das autoridades no Brasil, como vimos na conversação acima.

Após algumas experiências dos movimentos sociais e o consentimento legal dessa causa, a Constituição Federal de 1988, precisamente no art. 205 promulgado no dia 05 de novembro de 1988 estabelece;

art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 91).

Compreendendo que o acesso à educação é um direito de todos, e é imprescindível para o exercício da cidadania, e aquisição de autonomia político-social, todos os indivíduos são assegurados legalmente a terem o acesso à educação promovido pelo Estado; dessa maneira a educação para adultos conquista novas perspectivas legais;

art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a

ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (BRASIL, 1988, p. 91)

Também foram considerados “princípios de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, e que seus alunos recebessem auxílio por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (Jardilino, 2014, p. 119).

Durante a década de 1990 a educação para adultos não teve muita atenção por parte do governo, mas motivados por cobranças internacionais, se instituiu como meta a escolarização de 8 milhões de brasileiros adultos no Plano Decenal 1993-2003, porém o financiamento era insuficiente e poucas práticas foram executadas, não transformando o numeroso cenário de analfabetismo no Brasil.

### 3.1 Planejamento educacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 é mais um documento que rege e manifesta o planejamento educacional do Brasil, direcionada por políticas e diretrizes definidas na Constituição Federal e faz as seguintes definições sobre o sistema de ensino no Brasil:

art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; (BRASIL, 1996, p. 36).

O principal intuito da LDB citada (1996) é adequar as definições da Constituição de 1988 para efetivar ações político-governamentais no âmbito educacional. Isso inclui considerar e articular práticas para o desempenho dos sistemas educacionais, a formação continuada de professores, reflexão do ensino-aprendizagem, recursos tecnológicos e humanos para agregar as ações didáticas a nível nacional. Nesse sentido a LDB 9.394/96,

[...] um marco diferencial na construção histórica dessa modalidade ocorre com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base nº 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000. Com a LDB, a EJA é caracterizada como modalidade da educação básica correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica [...] (Medeiros et al., 2021, pp. 178-179)

No que diz respeito à educação para adultos, somente em 1996, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos EJA é reconhecida pela LDB mencionada anteriormente nº9.394/1996 em seu Art. 37, que configura as seguintes determinações:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p. 19).

Esse processo de autenticação foi tardiamente concedido, porém é compreendido como um passo importante para a viabilização de políticas públicas a serem desenvolvidas para os sujeitos da EJA.

### 3.2 Os Financiamentos para a EJA

Para o desenvolvimento e qualificação do sistema de educação no Brasil, além de planejamentos, ações didáticas e políticas públicas em vigor, é necessário também uma boa assistência financeira para a manter a prestação dos serviços escolares oferecidos à população. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, surge com o intuito de fazer essa verificação e promover novos investimentos no sistema de educação básica.

Anteriormente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF Lei nº 9.424, que vigorou de 1998 a 2006, fazia aplicações somente no ensino fundamental; com as alterações que foram sendo estabelecidas o FUNDEB passa a fazer investimentos para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a EJA;

O FUNDEB terá vigência de 14 anos, a partir do primeiro ano da sua implantação. Os percentuais de contribuição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o FUNDEB sobre as receitas de impostos e transferências especificadas pela E.C. nº53/06 elevar-se-ão gradualmente, de forma a atingir 20% em três anos, quando então o FUNDEB estará plenamente implantado. (Costa Neto, 2009, p. 144)

Os Estados organizaram um levantamento das matrículas para justamente cooperar com a distribuição dos recursos; “o FUNDEB, entretanto, não é considerado federal, estadual, distrital ou municipal [...]” (Costa Neto, 2009, p. 145) mas, sim, um fundo de aplicações financeiras composto com recursos das diferentes esferas, que faz investimentos escolares de acordo com o número de alunos.

A substituição do FUNDEF pelo FUNDEB representa o compromisso do governo com a universalização da educação, desde a promoção de pré-escolas até a viabilização da escolarização para adultos através de programas e organizações educativas. A EJA é reconhecida no FUNDEB através do Art.10, que especifica a distribuição dos recursos de acordo com as modalidades educacionais:

### 3.3 Plano Nacional de Educação (PNE) e a (EJA)

O Plano Nacional de Educação - PNE também é um norteador de políticas e planejamentos educacionais, que define diretrizes, metas, objetivos e financiamento para todos os níveis de educação e diferentes modalidades durante dez anos e “atravessa governos”. “Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas diversas esferas da administração (União, Distrito Federal, estados e municípios), o que o torna uma peça-chave no direcionamento da política educacional do País.” (Costa Neto, 2009, p. 138).

O PNE também se concilia à Constituição de 1988 e a LDB de 1996 e foi aprovado pela primeira vez em 2001; os objetivos sugeridos pela Constituição estão fortemente relacionados com a redução do analfabetismo através de ações governamentais e aplicações financeiras, que serão definidas através do PNE. Entre os objetivos e metas definidos no PNE, alguns do que se referem a EJA são:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de Jovens e Adultos equivalente às quatro séries do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
4. Estabelecer programa nacional para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.
7. Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma

a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo. (BRASIL, 2001, p. 50)

De modo geral, boa parte das metas envolvem o desenvolvimento de estratégias e articulações para a EJA durante o período de 2001-2010. Uma vez que são estabelecidas metas a serem alcançadas nesse percurso de tempo, podemos fazer indagações como: conseguimos pautar todo esse regimento dentro desse determinado espaço de tempo? O que poderíamos fazer para alcançá-los? Quais percursos tomamos para aplicá-los? Não iremos aqui construir respostas prontas para nossas indagações, mas, que esses questionamentos nos inquietem a ponto de buscarmos as soluções.

### **3.4 Os programas nacionais da EJA**

As diversas modificações que foram acontecendo em torno da educação para adultos estavam intimamente ligadas a aspectos sociais, políticos e econômicos no Brasil. O acesso à educação era elitizado e pouco a pouco a educação pública foi se organizando. De acordo com o documento que traz a Proposta Curricular da EJA de 2001 que foram se instituindo outras organizações educativas para adultos, outros documentos oficiais brasileiros também mencionaram a EJA como modalidade a ser desenvolvida a partir de metas e objetivos estabelecidos nacionalmente, tudo em busca de amenizar o grande número de analfabetos no Brasil; ao decorrer dessa trajetória foram se organizando diversos programas.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, foi um programa federal criado em dezembro de 1967 durante a ditadura militar, de acordo com a Lei 5.379 e tinha o intuito de promover a alfabetização funcional de jovens e adultos e propiciar às pessoas recursos para exercer a cidadania; porém o programa se reduzia a desenvolver apenas habilidades básicas como leitura, escrita e matemática deixando outras áreas do conhecimento esquecidas. A qualidade didática do programa era rasa e os alunos apresentavam um nível de alfabetização e letramento insuficiente. Além disso, o programa demandava um financiamento elevado e foi interrompido por esse motivo.

Fundação Educar: a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR, surge em novembro de 1985 justamente para substituir o antigo MOBRAL, de acordo com o Decreto nº 91.980. Diferente do antigo programa de alfabetização, este era instituído pelo MEC. O programa desenvolve ações educativas para jovens e adultos e proporcionou o desenvolvimento de outras atividades para a EJA, despertando em educadores, estudantes e figuras políticas articulações em defesa da educação pública para todos. Infelizmente o programa foi interrompido pelas ações do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e não foi substituído por nenhum outro programa de alfabetização para adultos na época; essa negligência com a EJA permaneceu até a organização de um outro programa, que aconteceu só em 1997.

PAS/ALFASOL- Programa Alfabetização Solidária: é um programa de alfabetização que funciona através de um sistema de parcerias com o governo, empresas privadas e o terceiro setor; sua intervenção iniciou em janeiro de 1997 com a missão de reduzir os alarmantes índices de analfabetismo no Brasil através de práticas simples, inovadoras e de baixo custo. O programa é apontado como responsável pela redução de 32,2% da taxa de analfabetos no Brasil na última década e já recebeu inúmeras premiações pelos excelentes resultados, sua metodologia e seu sistema de parcerias são reconhecidos internacionalmente.

PGCU - Programa Grandes Centros Urbanos: também foi um programa de alfabetização para moradores de grandes centros urbanos e surgiu em julho de 1999. O projeto político pedagógico deste programa considera o contexto do alto índice de analfabetismo de jovens e adultos em uma sociedade letrada para qualificar a didática do programa e proporcionar o acesso à educação à população.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: esse programa surgiu em 1998 através dos movimentos sociais que os trabalhadores rurais estavam articulando para reivindicar o direito à educação com qualidade social, promoção de diferentes níveis de ensino, qualificação de professores para os assentamentos e formação profissional para os

cidadãos. Esse programa foi desenvolvido para valorizar as características sociais, políticas, econômicas e culturais do campo e para favorecer o exercício da cidadania através da educação.

**Brasil Alfabetizado - MEC:** O programa Brasil Alfabetizado constituiu a efetivação do direito à educação a milhares de indivíduos e surgiu em fevereiro de 2003. Também tinha o propósito de erradicar o analfabetismo no Brasil e sua sistematização buscava mobilizar outras organizações educativas para alfabetizar jovens e adultos trazendo importantes mudanças no que diz respeito ao EJA.

**Pescando Letras:** Esse programa foi desenvolvido em 2003 a partir das reivindicações dos pescadores pelo acesso à educação. O programa buscava promover a alfabetização de pescadores profissionais em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado e precisava organizar metodologias que respeitassem o contexto sociocultural daqueles indivíduos. Dessa forma a proposta educacional do programa compreendia a alfabetização como uma adição aos inúmeros saberes que aquelas pessoas carregariam dali em diante.

**Ensino Supletivo:** não se constitui necessariamente como um programa, mas como uma modalidade educacional que busca complementar etapas escolares não finalizadas por jovens e adultos na idade considerada regular.

**Educação Profissional Contextualizada:** o programa desenvolve a proposta suplementar da educação básica para jovens e adultos com o intuito de oferecer educação profissionalizante e promover melhores condições socioeconômicas a essas pessoas.

**Recomeço:** um programa de alfabetização financiado pelo MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que tinha o intuito de qualificar e ampliar o atendimento do ensino fundamental para adultos. Surgiu em 2001 e buscava reconstruir a cidadania das pessoas através do acesso à educação nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, redirecionando orçamentos e aprimorando políticas públicas.

**Fazendo Escola:** O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento ao EJA também é um programa de alfabetização e foi instituído com o objetivo de desenvolver a qualidade e o aproveitamento educacional. Esse programa conta com recursos do MEC e foi efetivado em vários estados brasileiros.

**Proeja:** O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA instituído pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Assim, o programa busca promover a escolarização e formação profissional a jovens e adultos em parceria com instituições federais tecnológicas. Esse programa também valoriza a formação de professores para desenvolverem as práticas educativas e avaliativas em seu percurso.

Diante destas iniciativas é importante ressaltar que [...] algumas políticas públicas são de caráter recompensador ou compensatórias, voltadas a atender as mais variadas classes sociais em momentos distintos, pois dentro do Modo de Produção Capitalista, as políticas tendem a favorecer o capitalismo e suas demandas, logo, a educação será favorecida e favorecedora quanto aos seus objetivos [...] (Carvalho et. al. 2022, p. 06)

Por fim, ressaltamos que é no governo de Luís Inácio Lula da Silva que a EJA apresentou maiores iniciativas com vista a sua consolidação e expansão. Conforme Novaes, Gadelha & Soares (2021) as principais ações para esta modalidade foram a criação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD no ano de 2003 que estava vinculada ao MEC; a implantação do Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA), em seguida tivemos a implementação do Programa Fazendo Escola e por fim, já citados nesta pesquisa a criação do FUNDEB (antigo FUNDEF), que passou a contemplar o EJA

#### 4. Considerações Finais

Esse trabalho se propôs a compreender a trajetória histórica do sistema educacional e da educação de jovens e adultos no Brasil, seu contexto político, social e econômico, sua relevância social para a classe trabalhadora como também verificar as políticas curriculares destinadas à Educação de Jovens e Adultos - EJA. Dessa forma, percebemos que a elitização econômica influenciou a sistematização escolar nesse país e fortaleceu a desigualdade social, gerando assim um enorme índice de analfabetismo durante décadas.

Este cenário ganha timidamente alterações quando os próprios sujeitos que estão incapacitados de ter acesso à escola articulam movimentos sociais com o intuito de desenvolver o pensamento crítico dos indivíduos e assim contestar politicamente os seus direitos. Pouco a pouco esses movimentos foram ganhando força, visibilidade e promovendo o acesso à educação nas comunidades. A Partir disso, muitos outros movimentos populares de alfabetização e de cultura se configuraram no Brasil.

O contexto da EJA ganha novos horizontes quando o Ministério da Educação e Cultura - MEC aprova o Método de Paulo Freire e anuncia sua aplicação em larga escala, seriam milhares de brasileiros alfabetizados através de uma didática que compreendia a educação como um instrumento de libertação das pessoas. Infelizmente todo esse projeto foi interrompido por questões políticas e a EJA foi conduzida por outros caminhos.

No que diz respeito à organização curricular de uma modalidade educacional para adultos, compreende-se que foi um processo lento, mas muito necessário para o desenvolvimento social do Brasil, tendo em vista que durante muitos anos o analfabetismo foi considerado uma lacuna na sociedade. Dessa forma, articulações legislativas foram positivas para a efetivação de ações que pudessem intervir diante desse problema social.

#### Referências

- Almeida, J. P. G. de; Carvalho, S. M. G. de. (2020) *The repercussions of Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) on the lives of students: comings and goings of their school trajectories. Research, Society and Development.* v. 9, n. 8, p. e874986347, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.6347.
- Bittar M.; & Bittar, M. (2012). *História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Acta Scientiarum. Education: Maringá,* v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* (1988). Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2007).* Brasília, Lei Nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* (1996). Brasília, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação.* Brasília. (2001). Brasília, Lei Nº 10.172, DE 9 de janeiro de 2001.
- Carvalho, A. dos S. M. de.; Carvalho, E. F. de.; Albuquerque, L. F. da S.; Araújo, P. Q.; Brito, B. de C. F.; Merisio, V. de S...; Pereira, P. C.; Pereira, J. A. B. *Educação de Jovens e Adultos -breve análise do panorama brasileiro. Research, Society and Development.* v. 11, n. 1, p. e17211124727, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.24727.
- Eugênio, B. G. (2004). *O Currículo na Educação de Jovens e Adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC/MG.* (Dissertação de Mestrado em Educação).
- Freire, P. (1987) *Pedagogia do oprimido.* 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola.
- Jardilino, J. R. L. (2014). *Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas.* São Paulo: Cortez.
- Leite, S. F. (2013). *O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal.* Curitiba, PR: CRV.
- Leite, F. T. (2008). *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros.* Aparecida - SP: Ideias & Letras.
- Costa Neto, C. B. (2009). *Educação Popular de Jovens e Adultos: O Brasil no Contexto Mundial.* Janeiro.
- Medeiros, L.; Santos, V. *Estudos em Educação de Jovens e Adultos: a importância das revisões sistematizadas.* (2021). *Communitas.* v. 5, n. 11, p. 173–187, 2021.

Novaes, M. A.B. de; Carvalho, S. M. G. de & Soares. (2021). *Os avanços e limites da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no governo Lula da Silva (2003-2010)*. Revista Cocar v.15. n.33/2021 p.1-20.

Paiva, V. P. (1983). *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Loyola.

Paiva, V.P. (2003). *Introdução. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola.

Ribeiro, M. L. S. (1992). *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez.

Xavier, C. F. (2019). *História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades*. *Revista Brasileira de História Da Educação*, 19.